



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO**

PAE nº: 1.299/2024

**Documento de Formalização da Demanda**

## 1 Identificação da Demanda

### 1.1 Título

Contratação da empresa Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda para o fornecimento de energia elétrica para imóveis do TRE-SC nas Zonas Eleitorais de Xanxerê -SC e Xaxim - SC.

### 1.2 Unidade Demandante

<b>Unidade</b>	CIS - Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços	<b>Data</b>	30/01/2024
<b>Responsável pela demanda</b>	Gilson Carlos da Silveira Veríssimo Bastos		

### 1.3 Vinculação ao Plano Anual de Contratações

Item do plano: 12 - Manutenção predial

### 1.4 Valor Estimado

R\$9.000,00

## 2 Contexto

### 2.1 Motivação

O serviço de fornecimento de energia elétrica constitui serviço de natureza essencial, sendo indispensável para a continuidade do funcionamento adequado de todos os imóveis das unidades administrativas e jurisdicionais desta eg. Corte.

### 2.2 Resultados Esperados

Fornecimento de energia elétrica para as unidades consumidoras das Zonas Eleitorais de Xanxerê -SC e Xaxim - SC.

### 2.3 Alinhamento Estratégico

OEPI2, OEPI3 e SGP3

### 2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

[ ] Menos de 1 ano [ ] De 1 a 3 anos [x] Mais de 3 anos

**2.5 Unidades que farão uso da demanda ou serão beneficiadas**

1 unidade  2 unidades  3 unidades  Mais de 3 unidades

**3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação**

<b>Nome do Servidor (titular)</b>	César Augusto Rodrigues de Araujo
<b>Telefone</b>	3838
<b>E-mail</b>	cesar.araujo@tre-sc.jus.br
<b>Nome do Servidor (substituto)</b>	Maurício Aires Teixeira
<b>Telefone</b>	3785
<b>E-mail</b>	mauricio@tre-sc.jus.br

**4 Unidade Técnica**

SMP - Seção de Manutenção Predial



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. Necessidade da contratação\*

Os serviços de fornecimento de energia elétrica são essenciais à satisfação das necessidades deste Tribunal com vistas ao seu funcionamento, bem como à permanência dos servidores e do público nas instalações da Justiça Eleitoral nos municípios de Xanxerê e Xaxim.

A contratação do objeto constitui infraestrutura essencial para a utilização dos imóveis e para o exercício das atividades do TRE-SC nas mencionadas unidades.

### 2. Alinhamento da contratação

#### 2.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I - Ordinário  
Item 12 - Manutenção Predial

#### 2.2. Plano de Logística Sustentável

O objeto da presente contratação está alinhado com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, devendo cada unidade gerenciar o consumo racional de energia elétrica e observar as orientações divulgadas pelo TRE-SC e pela concessionária responsável pelo fornecimento.

#### 2.3. Outros instrumentos

A contratação visa ao atendimento da iniciativa estratégica INI.13 - Garantir infraestrutura e logística adequadas para prestação dos serviços à Sociedade, constante da Portaria DG n. 294/2023.

### 3. Requisitos da contratação

O fornecimento de energia elétrica nos municípios em tela é realizado com exclusividade pela concessionária DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. e segue regulamentação emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), especialmente a Resolução Normativa ANEEL n. 1.000/2021.

Os serviços devem ser prestados de forma permanente, de modo a resguardar a continuidade dos serviços públicos. Para tanto, a concessionária deverá prestar o suporte necessário ao fornecimento, com atendimento dos chamados em tempo hábil.

Por se tratar de serviço cuja prestação é regulada pelo Estado, não há outros requisitos a serem exigidos.

### 4. Levantamento de mercado

#### 4.1. Análise das alternativas possíveis

Trata-se de serviços prestados de forma exclusiva pela concessionária, o que inviabiliza o levantamento de mercado para além dos serviços já prestados nos municípios em questão.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 4.1.1. Soluções disponíveis no mercado

<b>Produto/Serviço 01</b>	Fornecimento de energia elétrica
<b>Fornecedor</b>	DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. – CNPJ 83.855.973/0001-30
<b>Descrição</b>	Fornecimento de energia elétrica a unidades do TRE-SC localizadas em Xanxerê e Xaxim - SC
<b>Valor Estimado</b>	R\$ 8.600,00 (oito mil seiscientos reais)
<b>Observações</b>	O reajuste tarifário é aprovado por resolução da ANEEL. Em vigor, atualmente, a Resolução Homologatória n. 3.244, de 15 de agosto de 2023.

### 4.1.2. Contratações públicas similares

Não foi identificada contratação pública similar para os mesmos municípios do Estado de Santa Catarina.

### 4.2. Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

Considerando-se a necessidade de manutenção da distribuição de energia elétrica às unidades do TRE-SC, com requisitos atendidos e realizada de forma exclusiva pela empresa DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda., a opção a ser contratada é o serviço do item 4.1.1.

### 5. Descrição da solução

Trata-se de serviço de fornecimento de energia elétrica de forma contínua à estrutura imobiliária correspondente às unidades do TRE-SC nos Municípios de Xanxerê e Xaxim, com vistas à manutenção das suas atividades administrativas e jurisdicionais.

### 6. Estimativas de quantidades\*

ITEM	OBJETO	ESTIMATIVA CONSUMO/ANO (KW/h)	UNIDADES CONSUMIDORAS
1	Fornecimento de energia elétrica a unidades do TRE-SC localizadas nos municípios de Xaxim e Xanxerê.	10.900	2

### 7. Vigência da contratação

O contrato terá vigência por prazo indeterminado a partir da data da assinatura, nos termos do artigo 109 da Lei 14.133/2021.

Art. 109. A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

Assim, apenas diante da hipótese de eventual perda do objeto, em qualquer dos municípios, pela prestação dos serviços, com exclusividade, por concessionária diversa, ou permissionária, caberá novo procedimento.

### **8. Estimativa do valor da contratação\***

O custo estimado para a contratação dos serviços para o exercício de 2024 é de R\$8.600,00 (oito mil e seiscentos reais)

### **9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação\***

Não é aplicável o parcelamento da contratação pretendida, pois os serviços especificados são executados com exclusividade pela concessionária.

### **10. Demonstrativo dos resultados pretendidos**

Pretende-se, como resultado da contratação, garantir a infraestrutura de fornecimento de energia elétrica necessária à continuidade das atividades administrativas e jurisdicionais das Zonas Eleitorais de Xaxim-SC e de Xanxerê-SC, com a utilização racional da energia elétrica fornecida e com atendimento às normas vigentes.

### **11. Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato**

Considerando que os serviços estão associados aos imóveis do TRE-SC, onde a infraestrutura para recepção dos respectivos serviços já se encontra instalada, não há necessidade de providências prévias à celebração do vínculo contratual.

### **12. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Não existem outras contratações correlatas e/ou interdependentes.

### **13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras**

Não se aplica a esta contratação.

### **14. Análise de riscos**

Conforme planilha de riscos anexa.

### **15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação\***

Com base nas informações levantadas neste estudo técnico preliminar, cujo objeto é a renovação da contratação do serviço essencial de fornecimento de energia elétrica, prestado com exclusividade pela concessionária DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda., a equipe de planejamento considera a contratação viável.



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Definição do objeto

Serviços de fornecimento de energia elétrica, por prazo indeterminado, para unidades de Xanxerê e Xaxim do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

### 2. Fundamentação da Contratação

Os serviços de fornecimento de energia elétrica constituem infraestrutura essencial para a utilização dos imóveis e execução das atividades daquelas unidades do TRE-SC.

### 3. Descrição da solução

Trata-se de serviço de fornecimento de energia elétrica de forma contínua à estrutura imobiliária correspondente às unidades do TRE-SC nos Municípios de Xanxerê e Xaxim, na quantidade abaixo estimada, com vistas à manutenção das suas atividades administrativas e jurisdicionais, por prazo indeterminado a teor do art. 109 da Lei 14.133/2021.

ITEM	OBJETO	ESTIMATIVA CONSUMO/ANO (KW/h)
1	Fornecimento de energia elétrica a unidades do TRE-SC, correspondentes a 2 unidades consumidoras, localizadas nos municípios de Xanxerê e Xaxim	10.900

#### 3.1. Estudo Técnico Preliminar

Estudo técnico preliminar juntado ao PAE n. 1.299/2024.

#### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica ao objeto desta contratação.

#### 3.3. Códigos SIASG

4120 - Energia Elétrica - Fornecimento Mercado Regulado.

### 4. Requisitos da contratação

O fornecimento de energia elétrica nos municípios relacionados é realizado com exclusividade pela concessionária DCELT - Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. e segue regulamentação emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), especialmente a Resolução Normativa ANEEL n. 1.000/2021.

Os serviços devem ser prestados de forma permanente, de modo a resguardar a continuidade dos serviços públicos. Para tanto, a concessionária deverá prestar o suporte necessário ao fornecimento, com atendimento dos chamados em tempo hábil.

Por se tratar de serviço cuja prestação é regulada pelo Estado, não há outros requisitos a serem exigidos.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 5. Modelo de execução do objeto

A prestação dos serviços contratados ocorrerá de forma contínua e por prazo indeterminado nas unidades do TRE-SC, com atendimento a regras e condições gerenciadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

#### 5.1. Prazos

Os serviços essenciais inerentes aos imóveis ocupados pelas unidades do TRE-SC independem de autorização para o seu início e se encontram em andamento. O faturamento é mensal.

O eventual encerramento do vínculo contratual poderá ocorrer a critério da administração do TRE-SC, notadamente no caso de desocupação do imóvel ou mudança de concessionária prestadora dos serviços.

#### 5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

O fornecimento de energia elétrica deverá se dar nos imóveis ocupados pelas unidades do TRE-SC, correspondente a 2 unidades consumidoras, localizadas nos seguintes endereços:

- 43ª Zona Eleitoral: Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sala 1, Centro, Xanxerê-SC, e
- 48ª Zona Eleitoral: Rua Rio Grande, 653, Centro, Xaxim-SC.

#### 5.3. Recebimento provisório e definitivo

a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do período a que se refere a prestação dos serviços;

b) o recebimento definitivo dar-se-á na data de apresentação da fatura para pagamento.

#### 5.4. Pagamento

O pagamento será feito mensalmente, até a data de vencimento das faturas.

#### 5.5. Garantia do objeto

Não se aplica à contratação.

#### 5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência a partir da data da assinatura, em continuidade à contratação anterior, por tempo indeterminado, a teor do art. 109 da Lei 14.133/2021, limitada à vigência da concessão.

#### 5.7. Obrigações da Contratante

5.7.1. Nomear Gestor e Fiscais do contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

5.7.2. Encaminhar formalmente eventuais demandas para a contratada por meio dos canais indicados para atendimento a órgão público;

5.7.3. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

5.7.4. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.7.5. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;

5.7.6. Verificar a regularidade da situação fiscal da Contratada antes de efetuar o pagamento devido.

#### 5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.2. a Contratada deverá informar os dados de contato para abertura de chamados;

5.8.3. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

### **5.9. Transferência de conhecimento**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.10. Direitos autorais**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução**

Não se aplica a esta contratação.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6.1. Gestor de contrato**

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial; e

f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

6.1.4. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam os subitens 6.1.2 e 6.1.3.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Cartórios Eleitorais de Xanxerê e Xaxim
Fiscal técnico	Seção de Manutenção Predial
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária
Fiscal setorial	Cartórios Eleitorais de Xanxerê e Xaxim

### 6.3. Instrumentos Formais

O ajuste será firmado mediante assinatura de contrato de adesão, cujas cláusulas e condições poderão ser reguladas, no que couber, pela Lei n. 14.133/2021.

O histórico de consumo deverá ser disponibilizado à unidade responsável pela coleta de dados sobre sustentabilidade no TRES, no formato convencionado pela Administração.

Os dados contidos nas faturas deverão ser conferidos pelo fiscal setorial, responsável pelo imóvel associado ao fornecimento dos serviços, para verificação de eventuais oscilações que sejam relevantes no consumo, e comunicação ao gestor técnico da contratação para estudo da ocorrência.

Por se tratar de contrato de adesão, para as solicitações de serviços deverão ser observados os canais de comunicação disponibilizados pela contratada, dando-se preferência à forma escrita e àquela que permita o seu melhor registro documental.

### 6.4. Acompanhamento do Contrato

A gestão contratual manterá controle gerencial acerca das prestação dos serviços a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

### 6.5. Alocação de riscos

Pela natureza do objeto desta contratação, não se faz necessária a definição da matriz de alocação de riscos.

## 7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

## 8. Reajuste ou repactuação

Por se tratar de contrato de adesão para prestação de serviço público de fornecimento de energia, o reajuste tarifário ocorre após aprovação da ANEEL por meio de resolução. Em vigor, atualmente, a Resolução Homologatória n. 3.244, de 15 de agosto de 2023.

## 9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

### 9.1. Parcelamento e adjudicação

Não é possível o parcelamento da contratação em função da exclusividade de um único fornecedor.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 9.2. Seleção do fornecedor

Considerando a especificidade e a especialização do objeto, a seleção do fornecedor ocorrerá de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

#### 9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Habilitação Jurídica**, a respectiva qualificação é inerente à existência jurídica da pessoa e à autorização para o exercício da atividade pela Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC).

Em relação à **Habilitação técnica e Econômico-Financeira**, não há requisitos específicos de qualificação.

#### 9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Não se aplicam os critérios de preferência e de desempate para a contratação.

#### 9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

A contratação em tela enquadra-se na hipótese do art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, considerando que o objeto da contratação é prestado por fornecedor exclusivo para as áreas geográficas.

### 10. Estimativas do valor da contratação

A estimativa do valor da contratação baseia-se no faturamento mensal do último ano acrescido de 10%, considerando eventual reajuste da tarifa e aumento do consumo durante os anos eleitorais, quando as atividades do Tribunal são intensificadas, perfazendo o valor de R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais) para o exercício.

### 11. Alinhamento da contratação

#### 11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I - Ordinário

Item 12 – Manutenção Predial

#### 11.2. Plano de Logística Sustentável

O objeto da presente contratação está alinhado com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, devendo cada unidade gerenciar o consumo racional de energia elétrica e observar as orientações divulgadas pelo TRE-SC e pela concessionária responsável pelo fornecimento.

#### 11.3. Outros instrumentos

A contratação visa ao atendimento da iniciativa estratégica INI.13 - Garantir infraestrutura e logística adequadas para prestação dos serviços à Sociedade, constante da Portaria DG n. 294/2023.

### 12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1	02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC	3.3.90.39, Elemento de Despesa Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica PJ, subitem 43 – Serviços de Energia Elétrica	R\$ 8.600,00



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Total	R\$ 8.600,00
-------	--------------

### 13. Descumprimento contratual e penalidades

Trata-se de contrato de adesão, de modo que o descumprimento contratual e as penalidades serão regidos pelos ditames do instrumento-padrão disponibilizado pela concessionária.